

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Reporta-se à audiência pública com o presidente da Celesc, realizada no planalto norte.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (aparte) - Elogia o pronunciamento do deputado Antônio Aguiar.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (aparte) - Cumprimenta o deputado Antônio Aguiar pelo trabalho em prol do planalto norte.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (pela ordem) - Registra a presença de jovens participantes do projeto Crescer, de Itajaí.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (pela ordem) - Registra

a presença do vereador Vilmar Timóteo Rosa de Oliveira, de Abelardo Luz.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Lamenta a morte de Afonso Dresch, em Treze Tílias.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Garuva.

**DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO** - Comunica à Casa sua filiação ao Democratas.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Homenageia o Instituto Geral de Perícias.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Corrobora a posição do deputado Maurício Eskudlark quanto ao IGP.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** (aparte) - Coloca sua posição sobre a morte do vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó.

### **Partidos Políticos**

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Faz um breve relato sobre o movimento Saúde+10.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Destaca os graves problemas da saúde em SC.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Comunica a instalação da CPI da Telefonia.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Pede apoio a projeto de sua autoria que visa dar mais transparência aos serviços públicos de saúde; sugere a criação de associação de ajuda às mães de viciados em drogas.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Apoia a iniciativa do deputado Ismael dos Santos.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Chama a atenção para a situação crítica do rio Itajaí em função do lixo que é depositado em seu leito.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Aborda variados assuntos.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (pela ordem) - Registra a presença de várias autoridades municipais.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Relata sua atuação à frente da comissão de Pesca e Aquicultura.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Informa a presença de Douglas Taylor, estudante de Relações Internacionais na Carolina do Norte/EUA, que está estagiando em seu gabinete.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Discorre sobre o desenvolvimento da II Conferência Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, o próximo orador inscrito é o deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Romildo Titon, srs. deputados

e sras. deputadas, público presente neste plenário, público que nos assiste pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores, na última sexta-feira tive a satisfação de presidir, em Canoinhas, uma reunião de trabalho de deputados que representam o planalto norte com o presidente da Celesc, Cleverson Siewert, ocasião em que foram apresentados às lideranças políticas e empresariais da região, bem como aos presidentes dos sindicatos, os projetos institucionais daquela instituição para melhorar a qualidade da energia elétrica fornecida aos consumidores locais.

O planalto norte é uma das regiões que ainda apresentam os maiores índices de desligamento de unidades consumidoras provocados por panes no sistema de fornecimento de energia elétrica. E como todos bem sabem e fiz questão de dizer na abertura daquele encontro, a energia elétrica é essencial nos tempos de hoje, quase tanto quanto a água.

O assunto demanda tanta preocupação que eu e os colegas Darci de Matos, Silvio Dreveck e Maurício Eskudlark, diante das constantes queixas que nos eram formuladas, diante da constatação dos problemas enfrentados por produtores rurais, pelos empresários e pelos cidadãos comuns, levamos o assunto ao presidente da Celesc.

Cleverson Siewert esteve em meu gabinete há algumas semanas para uma primeira conversa e logo se prontificou a ir a Canoinhas para uma audiência pública, que acabou sendo realizada nas dependências da Câmara Municipal, onde compareceu mais de uma centena de pessoas.

Estavam presentes prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de Canoinhas, Porto União, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Irineópolis e Itaiópolis; também compareceram representantes das secretarias de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e Mafra, da Fatma e do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional, além de dirigentes da Celesc e da gerência regional da empresa, isso sem contar a representação do empresariado.

O mais importante daquela audiência foi a explanação gabaritada feita pelo presidente Cleverson, que detalhou os problemas e sinalizou com ações que são esperadas pela comunidade do planalto norte. Afinal, a nossa região é uma das que infelizmente apresentam dificuldades para se desenvolver e tem muitos municípios com IDH muito baixo, o que significa dizer que precisa avançar com a certeza de um fornecimento de energia elétrica de qualidade, capaz de dar segurança para quem se dispõe a investir para mudar a região e viabilizar seu desenvolvimento econômico e social.

A Celesc está investindo R\$ 30 milhões para a implantação de uma nova linha de transmissão - 138 mil volts - entre Canoinhas e Papanduva. O investimento envolve a melhoria das subestações e o próprio presidente da Celesc admitiu que dos sete conjuntos de subestações que fazem parte do sistema da regional da Celesc de Mafra, quatro estavam violados, que é o termo técnico para qualificar que tinham grandes possibilidades de apresentar falhas em seu funcionamento.

No momento ainda há problemas sérios em dois conjuntos, tanto é que em Irineópolis, por exemplo, é comum a queda de energia especialmente no meio rural. Esse é um problema muito sério, pois, somente para citar dois exemplos, a fumicultura e a avicultura, que garantem a rentabilidade dos produtores rurais, vêm sendo prejudicadas pela má qualidade do fornecimento de energia elétrica.

No período da colheita do fumo, quando o produtor precisa da estufa para secar as folhas, coisa que garante um melhor preço para sua produção, costuma faltar energia elétrica em função do aumento da demanda. O mesmo vale para a avicultura, que hoje é uma atividade totalmente mecanizada, pois os sistemas de fornecimento de água e de ração, assim como a ventilação e o aquecimento e controle de cortinas, dependem da energia elétrica que, ao faltar, desequilibra a atividade a ponto de comprometer os ganhos do produtor.

O representante da Tyson Foods, de Itaiópolis, disse que a empresa vincula a abertura de 150 novos aviários, ao custo médio de R\$ 450 mil cada um, à melhor qualidade da energia e que se as propriedades já cadastradas ganharem ligação por rede trifásica, a empresa financiará equipamentos para os produtores.

Nesse sentido, o presidente da Celesc disse que a empresa faz um grande esforço para automatizar o sistema com religadores de autocomando, com a finalidade de garantir rápidas recomposições de redes. Há também um planejamento em curso para garantir a substituição das linhas rurais de monofásicas para trifásicas.

Esse tema foi, inclusive, motivo de moção de autoria deste deputado, aprovada por unanimidade nesta Casa, sugerindo que o programa Luz para Todos também se dedique à instalação de redes trifásicas no meio rural.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte de um minuto ao nobre deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Antônio Aguiar, lamento interromper o seu pronunciamento, mas quero dizer que Santa Catarina tem, senão 100%, perto disso de propriedades rurais com fornecimento de energia de qualidade de má qualidade, que não atende às necessidades atuais.

Fico feliz que o planalto norte seja uma região é o lugar que pode expandir tanto a avicultura, como a suinocultura, e com isso, deputado Antônio Aguiar, continuar permitindo que o estado de Santa Catarina seja o segundo produtor de aves e o maior produtor de suínos do país. A próxima etapa é, sem dúvida nenhuma, reestruturar a energia elétrica que chega às propriedades agrícolas.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela proposição da audiência pública e pela forma como o presidente da Celesc fez sua explanação no planalto norte. Acho que foi fruto do trabalho de v.exa. para atender à região e da boa administração da Celesc, que vai, com certeza, melhorar a qualidade da luz que chega aos catarinenses.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Na verdade, deputado, a estratégia da direção da Celesc é garantir recursos do Pacto por Santa Catarina para essa finalidade. O projeto da Celesc envolve um planejamento estadual de R\$ 300 milhões, mas o presidente Cleverson entende que o governo vai garantir um aporte de R\$ 50 milhões, o que já será bom para a questão das subestações.

Quanto à linha de transmissão, o problema do Iphan terá que ser resolvido, pois depende desse órgão o licenciamento para fazer com que o fornecimento de energia elétrica seja continuado.

Quero dizer-lhes que foi importante o presidente da Celesc ter estado em Canoinhas numa grande audiência, já que ele deixou claras três ações fundamentais: a instalação da subestação de Irienópolis, que atenderá Porto União, Canoinhas e o interior, principalmente; a conclusão da subestação de Papanduva, onde estão sendo investidos R\$ 30 milhões; e a reforma da subestação do município de Canoinhas.

Portanto, são três subestações que devem ser feitas e há uma atenção especial da Celesc para o planalto norte, que precisa de investimentos em energia elétrica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com

a palavra, pela ordem, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, quero registrar a presença no plenário de 30 jovens que fazem parte do projeto Crescer, de Itajaí. Trata-se de um projeto protagonizado pela professora Maria Elizabete Bittencourt, presidente, e também por Sandra Mara de Andrade, assessora executiva do projeto. Esse projeto dá oportunidade para que alunos do ensino médio tenham a primeira experiência de emprego como jovens aprendizes.

Portanto, é com muita alegria que os recebemos, hoje, na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Os cumprimentos desta Casa a todos os jovens. Sejam bem-vindos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria somente de registrar a presença do vereador Vilmar Timóteo Rosa de Oliveira, o popular Maluf, do município de Abelardo Luz, nosso amigo, companheiro e defensor da segurança pública, que está na capital na busca da concretização de seus projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Seja bem-vindo, vereador!

Inscrito o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, vimos à tribuna nesta tarde para, lamentavelmente, registrar a perda do nosso grande amigo, do grande amigo de Santa Catarina, Afonso Dresch, da cidade de Treze Tílias, que foi prefeito várias vezes e secretário de estado.

(Passa a ler.)

"Afonso Dresch, de 64 anos, faleceu na madrugada desta segunda-feira, dia 15, por volta das

1h30, quando sofreu um infarto.

Nascido em 17 de novembro de 1948, no município de Luzerna, filho de Afonso Edmundo e Gertrudes Dresch, teve uma vida atuante na política, no empreendedorismo e no turismo. Era casado com Ivone Elisabeth Dresch e dessa união nasceram três filhos, Fábio, Cinthia e Rafael.

Afonso foi sócio fundador da Lacticínios Tirol Ltda., em 1974, e sócio gerente e diretor da Tirol de 1974 até 1983. Desde 1983, quando saiu da diretoria, sempre acompanhou a administração da empresa.

Era conhecido também pelo empreendedorismo e inovação de suas ações. Atualmente era sócio membro do Conselho de Administração da Lacticínios Tirol Ltda. e também diretor-geral do Treze Tílias Park Hotel Ltda.

Seu corpo será velado a partir das 16h na Câmara de Vereadores de Treze Tílias e o enterro acontecerá amanhã à tarde, às 16h.

O atual prefeito do município, Mauro Dresch, decretou luto oficial de três dias, em virtude do seu falecimento.

Dentre as principais obras que realizou em sua vida pública em Treze Tílias, pode-se destacar a campanha de estilização da cidade, com construções e reformas das residências em estilo típico austríaco. Também viabilizou que Treze Tílias fosse a primeira prefeitura do interior do estado a criar uma secretaria de Turismo e Cultura.

Afonso Dresch ainda incentivou o uso de trajés típicos e fomentou a construção de prédios públicos, como a prefeitura municipal, o ginásio de esportes de Treze Tílias, as pontes cobertas, os portais e a rodoviária em estilo típico austríaco. Além disso, foi o idealizador da Sociedade Cultural Artística Papuan, a Socap.

Quando prefeito de Joaçaba criou a Fundação de Turismo do Vale do Contestado - CONTTUR -, com o objetivo de fomentar e integrar o turismo regional, com abrangência dos municípios de Piratuba a

Caçador, tendo, inclusive, sido o seu primeiro presidente, na gestão 1994 a 1996.

Foi reeleito presidente da CONTTUR para o triênio 1997 a 2000, período em que realizou eventos regionais e internacionais, participando, inclusive, como palestrante.

Formado em administração de empresas, possuía uma vasta experiência profissional iniciada em 1968, como sócio subgerente na empresa Bemaluz Ltda., em Luzerna, na qual trabalhou até 1973.

De 1983 até 1988 exerceu pela primeira vez a função de chefe do Poder Executivo do município de Treze Tílias. Foi presidente da Ammoc (Associação dos Municípios do Meio-Oeste Catarinense) de 1985 a 1986.

Em 11 de outubro de 1986 foi agraciado com o título de cidadão honorário de Treze Tílias.

De 1989 a 1990 administrou o empreendimento Condomínio Treze Tílias Park Hotel, onde ainda Afonso atuava como diretor-geral.

De 1991 a 1992 foi secretário de estado de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento de Santa Catarina; de 1993 a 1996 esteve à frente da administração municipal de Joaçaba; e de 1997 a 2000 governou pela segunda vez o município de Treze Tílias.

Afonso Dresch recebeu, em outubro de 2008, a condecoração Monsenhor Reitmeier pelos relevantes serviços prestados ao município de Treze Tílias, por intermédio de suas ações na vida privada, bem como pública, uma vez que exerceu por duas vezes a função de prefeito municipal."

Srs. deputados, lamentavelmente perdemos uma pessoa extraordinária, que além de tudo o que já registramos era um grande desportista. Promovia grandes cavalgadas com a participação de centenas de pessoas, tendo feito, inclusive, o trajeto de Curitiba a Treze Tílias.

Era um homem empreendedor, destemido, que enfrentava situações adversas com muita confiança no futuro.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Não tenho dúvida, deputado, que o nosso amigo Afonso Dresch era um grande homem. Santa Catarina perde, sim, um grande líder, um grande empreendedor, uma pessoa que cuidava do seu trabalho, que cuidava dos seus empreendimentos, mas se preocupava também com o lazer, preocupava-se com a felicidade alheia.

Neste momento temos que nos juntar à sua família para dar-lhe força a fim de que suporte essa perda irreparável.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, sr. deputado.

Ontem estivemos em Treze Tílias até a chegada do corpo à Câmara Municipal, onde ocorreu o velório. Lá estavam grande parte da sociedade política e empresarial, funcionários municipais e populares aguardando ansiosamente a chegada.

Afonso Dresch era um homem muito querido, muito benquisto, pois apesar de rico preocupava-se com a sociedade de Treze Tílias. Um exemplo era o seu apoio irrestrito ao Corpo de Bombeiros Voluntários da cidade, que ele ajudou a crescer e a manter. Trata-se de um homem que realmente vai deixar saudades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Obrigado, sr. deputado!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito de Garuva, José Chaves, nosso grande amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Seja bem-vindo, sr. prefeito.

Com a palavra o sr. deputado Narcizo Parisoto, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, funcionários da Casa, telespectadores da TVAL, público presente.

(Passa a ler.)

"Venho à tribuna, nesta tarde, comunicar que passo a representar o Democratas nesta Casa.

Tenho a consciência tranquila de haver realizado, dentro das minhas forças, um bom trabalho parlamentar e partidário, sempre atento às causas sociais dos trabalhadores e das famílias catarinenses. Foram 11 anos da minha vida dedicados à estruturação partidária e à participação política com coerência e seriedade, zelando pelo bom nome e pela tradição trabalhista. Tenho certeza de que obtive sucesso e tiro essa conclusão através do reconhecimento dos quase 50 mil eleitores que me confiaram o voto, a quem procuro representar dignamente nesta Casa.

Algumas pessoas podem acreditar que é possível fazer política diminuindo a importância ou até mesmo excluindo a vontade popular, que a política pode ser conduzida exclusivamente nos gabinetes, em reuniões restritas. Esquecem que a democracia é feita com a representatividade que trouxemos das urnas, com os ideais próprios, alguns conflitantes, com certeza, mas legítimos e imprescindíveis.

Quero virar uma página desagradável da minha vida. Colocar ponto final. Mas antes, sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero dizer que todas as minhas questões e discordâncias levei para a apreciação da Justiça Eleitoral que as reconheceu e por unanimidade decidiu ser justa a minha causa para a minha desfiliação partidária.

Aos amigos e companheiros que angariei nesses 11 anos no antigo partido, quero dizer que os nossos vínculos de amizade, respeito e consideração permanecerão com toda certeza. As marcas das vitórias e as conquistas não poderão ser esquecidas

e apagadas jamais. Aos diversos partidos que me convidaram, agradeço honrado pela consideração, respeito e amizade. Confesso que algumas manifestações às vezes me tocaram profundamente pelo reconhecimento e respeito ao parlamentar Narcizo Parisotto.

Procurei ouvir muito minhas bases, lideranças e amigos nesse período de dois a três meses e decidi optar por um projeto mais adequado e possível, considerando a nossa realidade. Estou retornando para o partido no qual nasci na política. Em 1986 fui candidato a deputado federal, ficando como suplente na época, pelo então PFL. Assim, estou voltando às minhas raízes políticas. Em 1988 fui o vereador mais votado do município de Chapecó e em 1992 fiz uma votação expressiva, bem maior, na mesma cidade, quando fui o mais votado. Em 1994 candidatei-me a deputado estadual e assumi, já de cara, como primeiro suplente. De lá para cá militei permanentemente, tanto é que já estou no sétimo mandato, cinco nesta Casa e dois na minha cidade.

Quero aqui deixar registrada a maneira carinhosa com que alguns partidos me convidaram para ingressar nas suas fileiras. Mas, como expliquei, a realidade do momento me levou a tomar essa decisão, que me pareceu acertada ao ver a multidão que me esperava, todos me dando as boas-vindas ao Democratas, quando cheguei a Chapecó na semana passada. Foi um movimento muito além do que eu esperava e que há muito anos não via na minha terra natal.

Em 14 de maio de 1986 filiei-me pela primeira vez a um partido político. Agora, na presença de membros da executiva nacional, estadual, de prefeitos e vice-prefeitos, filiei-me novamente e senti-me honrado.

Quero dizer aos democratas e aos amigos que deixei no partido do qual saí, que amizades profundas que conquistei na cidade de Chapecó. Todos podem ter certeza de que haverei de continuar representando com respeito, carinho e responsabilidade a família catarinense.

Aos nobres colegas desta Casa quero dizer que continuarei sendo o mesmo parlamentar que há cinco mandatos está nesta Assembleia, período no qual não fiz nenhum inimigo, não levantei a voz com ninguém e ninguém levantou a voz comigo.

Sou um homem de paz, um homem de harmonia, um homem que conta muitas vezes até dez para falar. Não sou muito afeito a subir a esta tribuna, mas admiro quem a ocupa, quem se manifesta, quem discursa, quem defende suas ideias publicamente. Eu sou acomodado, fico quieto, mas atento a tudo que acontece nesta Casa.

Com certeza hei de melhorar a cada dia, ampliando a amizade com todos os deputados, a quem deixo o meu respeito, o meu abraço. Cumprimento ainda todos os que nos assistem e nos ouvem.

Por fim, agradeço ao sr. presidente a oportunidade a mim concedida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Volnei Morastoni, com a palavra a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

(A deputada desiste.)

Com a desistência da deputada Dirce Heiderscheidt, com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

(A deputada desiste.)

Com a desistência da deputada Luciane Carminatti, com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Nilson Gonçalves, com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, população e amigos que nos acompanham pela TVAL e na própria Assembleia Legislativa, quero fazer um registro especial sobre

os quase 100 anos do Instituto Geral de Perícias, IGP, esse órgão público tão importante para a Justiça, para a Segurança Pública e para o estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"O Instituto Geral de Perícias, o nosso IGP, foi criado em 31 de janeiro de 2005 pela Emenda Constitucional n. 39, do estado de Santa Catarina, que lhe deu autonomia funcional e administrativa e vinculou-o diretamente à secretaria da Segurança Pública.

Atualmente está estruturado em quatro institutos, a saber: o Instituto de Análises Forenses - IAF; o Instituto de Criminalística - IC; o Instituto de Identificação Civil e Criminal e o Instituto Médico Legal - IML. Conta ainda com a sua própria academia de perícia, o Icape, e com sua própria corregedoria.

O hoje denominado Instituto Geral de Perícias teve sua origem no Instituto Médico Legal e de Identificação, criado em 1917, no governo de Fúlvio Aducci, sendo o primeiro órgão a executar os trabalhos periciais de exames de corpo delito e de identificação humana em Santa Catarina, denominando-se naquela época Gabinete de Identificação e Serviço Médico Legal.

Em 1918, no governo de Felipe Schmidt, foi nomeado o primeiro médico legista de Santa Catarina, o dr. Carlos Corrêa.

Em 1938, na gestão do governador Nerêu de Oliveira Ramos, através do Decreto-Lei n. 258, o Gabinete de Identificação e Serviço Médico Legal passou a denominar-se Instituto de Identificação e Médico Legal.

Os trabalhos desenvolvidos por esse órgão abrangiam toda a criminalística. Os médicos legistas realizavam os exames de lesão corporal e necropsias; já os peritos criminais realizavam os levantamentos dos locais de crime, existindo ainda exames laboratoriais e de identificação."

Esse instituto vem sofrendo alterações legais e

algumas melhorias e reestruturações. A Lei n. 547, de 31 de dezembro de 1970, dispôs sobre uma nova estrutura para o IGP. A seguir, a Lei Complementar n. 381, de 7 de maio de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da administração pública do estado de Santa Catarina, previu a nova estrutura diretiva do IGP, com diretor-geral, uma diretoria adjunta e uma corregedoria.

Ainda no aspecto histórico, é importante comentar sobre o cargo de diretor-geral do Instituto Geral de Perícias, independentemente do nome que o órgão tinha à época. Vários foram os diretores do IGP no período de sua existência: alguns eram delegados de polícia e outros, funcionários do próprio quadro. Atualmente o IGP é dirigido pelos peritos. Tivemos como perito criminal o sr. Celito Cordioli, assumindo, em 2003, no último período, o delegado Ricardo Feijó.

Com a autonomia da perícia catarinense, em 2005 o IGP passou a ser dirigido pelo perito criminal Giovani Eduardo Adriano, nosso amigo, grande diretor; de janeiro de 2011 até a presente data o IGP tem como diretor-geral o perito Rodrigo Tasso.

Fiz esse breve histórico do IGP para homenagear o Instituto Geral de Perícias, que infelizmente tem sido muito atacado. Em alguns momentos chegou a ter sua perícia contestada, como foi o caso do suicídio do vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó. O suicídio é um acontecimento difícil, a família nunca o aceita como algo possível de acontecer com o seu familiar. A família sempre fica pensando que a pessoa não tinha motivos para se suicidar e fica arrumando culpados.

No caso do vereador de Chapecó, por questões políticas até desta tribuna o IGP foi atacado. Foi atacado também da tribuna do Congresso Nacional, alegando que não poderia ser suicídio, mas um crime político. Mas o IGP agiu com a isenção de sempre, sem qualquer interferência administrativa ou política e fez um laudo comprovando que o vereador

Marcelino Chiarello havia se suicidado. Duvidaram da sua isenção e competência e enviaram a Chapecó um perito da Polícia Federal, que acabou por confirmar o laudo do IGP.

Não se pode misturar a questão legal e jurídica com questão política. E o IGP mais uma vez, como se diz na gíria, deu um banho, responsável que é e um dos melhores institutos do país, fez uma perícia que acabou sendo confirmada pelos peritos trazidos pela PF.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. fala sobre esse assunto com muita legitimidade, porque vem da Polícia Civil.

Aproveito a oportunidade para parabenizar os peritos do IGP pelo trabalho que têm feito, não apenas neste caso, mas ao longo das últimas décadas em Santa Catarina.

Infelizmente, deputado Maurício Eskudlark, o IGP continua sendo o patinho feio da Segurança Pública de Santa Catarina. Temos feito veementes discursos nesta tribuna e é preciso que o secretário César Grubba tenha um olhar mais atento e carinhoso para o IGP. E cito como exemplo o IGP de Blumenau, que está em situação deplorável. É preciso que uma ação rápida que valorize os técnicos que lá trabalham.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Ismael dos Santos. Reconhecemos o trabalho importantíssimo que o IGP tem feito no estado de Santa Catarina, pois apesar das inúmeras dificuldades tem demonstrado competência, esmero, dedicação e, acima de tudo, responsabilidade.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Gostaria apenas, deputado Maurício Eskudlark, de fazer um registro com relação ao laudo emitido pela Polícia Federal em Chapecó, porque na verdade, deputado

Maurício Eskudlark, há dois laudos. O primeiro deles foi feito por um médico que é do IGP, que tem 22 anos de profissão, que nunca teve nenhum laudo questionado e que atesta homicídio; já o segundo laudo aponta suicídio.

Por isso estamos solicitando também o trabalho de um perito técnico da USP, para que, de posse desses dois laudos, emita um terceiro que tire as dúvidas ainda existentes.

Não questionamos o IGP, mas muitos fatos, argumentos e elementos não foram considerados e o único médico que de fato viu o cadáver logo depois do ocorrido foi o médico do IGP.

Então, precisamos dizer que continuamos no processo de investigação, porque entendemos que muitas coisas não foram devidamente esclarecidas.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Infelizmente, sr. presidente, o pior cego é aquele que não quer ver, talvez por questões políticas. Lamento isso, mas o IGP merece os nossos parabéns, pois tem agido com competência, com idoneidade e tem feito um trabalho que orgulha o nosso estado.

Por isso, a nossa homenagem à direção e a todos os técnicos do IGP.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PSDB.

Não havendo deputados do PSDB inscritos para falar, passaremos ao tempo destinado ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria de fazer um breve relato sobre um encontro que ocorreu na semana passada, na quarta-

feira, no dia 10 de abril, em Brasília, para fazer um balanço do movimento nacional Saúde+10, que está sendo protagonizado por mais de uma centena de entidades de todo o Brasil. Esse movimento é capitaneado pela Associação Médica Brasileira, pelos Conselhos Federais de Medicina, pelo Conselho Nacional de Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, pela OAB e pela CNBB.

O objetivo desse encontro era fazer a contagem das assinaturas que estão sendo colhidas em todo o Brasil para compor 1,5 milhão de assinaturas a fim de dar guarida ao projeto de lei de iniciativa popular que será apresentado ao Congresso Nacional, a fim de que a união aplique 10%, no mínimo, da sua receita bruta corrente em saúde.

Foi um encontro que começou às 9h defronte à catedral de Brasília. Depois todos os participantes caminharam pela Esplanada dos Ministérios e fizeram uma manifestação diante do ministério da Saúde, chegando, ao final, ao Congresso Nacional.

Até o dia 5 de abril o número de assinaturas estava em 1,250 milhão. Portanto, ainda faltam em torno de 250 mil assinaturas para completar o mínimo exigido por lei.

Eu também estive na sede do Conselho Nacional de Saúde levando um último aporte de assinaturas que havia chegado ao meu gabinete através da comissão de Saúde da Alesc - mais 7 mil assinaturas -, sendo que em Santa Catarina elas devem chegar a 80 mil. O Conselho Nacional de Saúde remete essas assinaturas ao Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Federal de Psicologia, que se colocaram à disposição para proceder a uma auditoria para validá-las e assim já retirar do montante aquelas que, eventualmente, não estejam de acordo com a lei.

Estivemos em seguida no Congresso Nacional, numa audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, com o presidente da comissão de Constituição e Justiça e com o presidente da comissão de Seguridade Social, uma vez que seguridade social inclui saúde,

previdência e assistência social. Por coincidência, o deputado dr. Rosinha é um colega meu, médico pediatra, que também fez o curso de Medicina em Curitiba, eu na Universidade Federal do Paraná e ele na PUC. Depois nos encontramos novamente fazendo residência em Pediatria. Ele foi deputado estadual no Paraná, hoje já está no seu terceiro mandato de deputado federal e preside a comissão de Seguridade Social.

Também quero aproveitar a oportunidade, deputada Ana Paula Lima, para destacar o grande trabalho realizado pelo deputado Décio Lima na comissão de Constituição e Justiça. Ele está merecendo efusivos elogios dos parlamentares catarinenses, como também de parlamentares de outros estados e de vários setores da Câmara dos Deputados, pela maneira como está dando uma dinâmica nova para a CCJ. E podemos dizer que ela é a comissão mãe, a mais importante de todas as comissões da Câmara dos Deputados, como também desta Casa.

Por isso, é importante que enquanto continuamos coletando assinaturas até 1º de maio. Como as centrais sindicais do nosso país estão aderindo massivamente desse movimento, presumimos que com as festividades, as comemorações, com os grandes encontros do dia 1º de maio conseguiremos agregar centenas de milhares de assinaturas a esse grande Movimento Saúde+10.

Quero registrar que aqui na Casa continua em aberto o abaixo assinado para que os deputados, servidores e todos os que visitam a Alesc possam apor sua assinatura e participar desse histórico projeto de lei de iniciativa popular.

Assim, ao mesmo tempo em que os Conselhos Federal de Medicina e de Psicologia estarão auditando as assinaturas e com essas assinaturas novas que ainda virão, nós já estaremos preparando o ambiente na Câmara Federal para recepcionar, ainda no mês de maio, esse grande abaixo assinado, pois todos sabem que a união precisa alocar mais recursos financeiros na saúde.

Temos problemas de gestão? Temos! Grande parte dos problemas da saúde no país, nos estados e nos municípios é de gestão. Aqui mesmo ficam cada vez mais evidentes os problemas de gestão, até por algumas informações preliminares que transpareceram de uma entrevista que o governador concedeu, nos últimos dias, falando de uma empresa espanhola que realiza um estudo detalhado sobre a situação da saúde para apontar propostas de solução.

Apesar disso, sempre dissemos aqui que precisamos também de mais dinheiro para a saúde, dinheiro esse que virá, acredito eu, em decorrência do movimento Saúde+10. Por quê? Porque a união precisa colocar mais recursos financeiros na saúde. Já temos, é verdade, grandes iniciativas do ministro Alexandre Padilha. E um exemplo são as Redes de Atenção à Saúde, que agora começam a desabrochar na Grande Florianópolis e que logo chegarão também à região de Joinville. É dinheiro novo que vem, é melhoria substancial no pagamento dos procedimentos.

Portanto, há um canal por onde corre o dinheiro do ministério da Saúde para os estados. Mas temos que nos sintonizar com o ministério para as Redes de Atenção de Urgência e Emergência, para as Redes de Atenção Psicossocial na área da prevenção e no tratamento dos dependentes químicos. Precisamos implantar a Rede Cegonha na área materno-infantil, porque ao fazê-lo, o Hospital São José, de Tijucas, por exemplo, que está fechando as portas, poderá ser um hospital de retaguarda na Grande Florianópolis quanto à Rede de Atenção de Urgência e Emergência dos hospitais de ponta. Um estabelecimento como o Hospital São José, de Tijucas, situado na Grande Florianópolis, poderá ser um hospital de retaguarda, que receberá recursos novos valiosos.

Neste momento cresce o movimento pelo aumento dos valores da tabela do SUS. Mas não é somente a correção dessa tabela que resolverá o problema. Eu concordo que na média e baixa complexidade também é preciso rever a tabela do SUS. Mas além da tabela do SUS já há disponíveis as Redes de Atenção e temos

que entrar em sintonia com o ministério da Saúde para implementá-las.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Gostaríamos de registrar a presença do vereador Thiago Silva, da capital. Seja bem-vindo a esta Casa Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo oradores do PPS que queiram ocupar a tribuna, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Deputado presidente, caro colega Kennedy Nunes, srs. deputados e sras. deputadas aqui presentes.

Gostaria de fazer uma fala, mais uma vez um tanto heterodoxa, no sentido de reconhecer a importância da publicação que o Grupo RBS e outros veículos de comunicação têm dado sobre alguns problemas fundamentais da sociedade catarinense.

Hoje, no horário do almoço, foi destinado um tempo largo para as famílias e amigos dos desaparecidos da Grande Florianópolis. Mas quero referir-me especificamente ao trabalho que o Grupo RBS tem feito acerca das agruras da população catarinense pobre com relação ao péssimo atendimento na área da saúde.

Tem sido constante, desde o ano passado, a veiculação de matérias a esse respeito. Já fiz esse registro aqui e quero continuar registrando a importância que representa o fato de os grandes meios de comunicação discutirem os assuntos fundamentais da sociedade. E um deles é justamente a dificuldade imensa do conjunto da população que cada vez encontra mais dificuldade para ter acesso ao serviço público de saúde em nosso estado.

O Hospital Infantil Joana de Gusmão, que já foi visitado por comissão desta Assembleia Legislativa umas quatro vezes só na atual legislatura e que tem sido acompanhado pelos meios de comunicação, tem uma problemática que não se resolve. A reforma já tem mais de dois anos e não acaba, pelo contrário, só aprofunda o desmoronamento do hospital, pois até naquilo que dizem que já está pronto ou que já deveria estar pronto há muito tempo percebe-se goteiras.

Gostaria de fazer o registro de que a minha posição - e creio que esta é a posição de todos os deputados - não é contra os servidores. Pelo contrário, temos até atendido ao seu pedido de socorro, no sentido de falar do assunto, porque quem acompanha um pouco pelo menos essa situação percebe e emociona-se com a vontade, com o entusiasmo, com o nível de comprometimento dos profissionais de todos os níveis, a ponto de continuarem trabalhando mesmo quando há goteiras dentro da sala de cirurgia em que estão realizando procedimentos difíceis e altamente sofisticados.

Tentar entender essa realidade, saber por que ela chegou à atual situação é o mais difícil, porque temos visto e todos têm acompanhado também pelos meios de comunicação o governo anunciando que vai construir novos hospitais na Grande Florianópolis.

Ora, há um hospital em Biguaçu que está quase pronto - e já era para estar pronto! Fala-se em fazer outro hospital em Palhoça, não é que Palhoça não mereça ou não precise, mas há o regional, ali ao lado, abandonado!

Qual é a lógica? Qual é a intenção? Por que se fala em construir hospitais novos na Grande Florianópolis quando os existentes da rede pública estadual têm leitos fechados e serviços cirúrgicos que estão deixando de ser realizados por falta de pessoal, de equipamentos, por falta de telhados?

Qual é a lógica? Esse é um debate que vamos precisar aprofundar. Essa é uma reflexão que vamos precisar fazer para tentar entender qual o objetivo

do governo do estado na questão da saúde pública da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

Lembramos aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que consta da pauta da Ordem do Dia a votação dos vetos, para a qual se faz necessário quórum qualificado.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente desta sessão, v.exa. que já pertenceu ao quadro dos progressistas, foi nosso grande parceiro e continua sendo, embora em outra agremiação partidária.

Quero também saudar os colegas deputados e deputadas e agradecer-lhes por assinarem nosso requerimento solicitando a instalação da CPI da Telefonia. Todos os 40 parlamentares da Casa apuseram sua assinatura no documento que visa instalar uma CPI que averigue por que o usuário do nosso estado vem sendo tão mal atendido.

A exemplo das Assembleias Legislativas do Rio Grande do Sul, do Maranhão, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Rondônia e de outros estados, vamos, amparados no art. 24 da Constituição Federal, instalar em Santa Catarina a CPI da Telefonia.

O nosso objetivo é defender o usuário que vem sofrendo em virtude dos péssimos serviços prestados pelas operadoras de telefonia, notadamente os call center, que são um verdadeiro desastre. Além disso, há ausência de sinal em muitas regiões, há queda de sinal, ou seja, com frequência a ligação é interrompida e a sua retomada é muito difícil.

Para se ter uma ideia, há 15 anos tínhamos 800 mil usuários de telefonia móvel. Hoje temos 265 milhões de telefones móveis. Segundo informações das próprias empresas, deputado Kennedy Nunes, os

investimentos cresceram apenas 63% daquilo que seria necessário para atender à atual demanda.

Segundo a Anatel, nos próximos dois anos é preciso investir R\$ 380 bilhões! Em 2000 o país tinha 200 mil usuários de internet fixa. Em 2012 chegou a 20 milhões, ou seja, um aumento de 9.900%. Em 2008 os usuários de banda larga fixa eram quatro milhões. Em 2012 esse número saltou para 52 milhões, representando 1.200% de aumento. De 2000 a 2012, foram investidos R\$ 219 bilhões, mas a receita das operadoras cresceu 237%! Repito: de acordo com Anatel será preciso investir R\$ 380 bilhões nos próximos dez anos para que o setor atenda à demanda de telefonia e de internet, pois 70% dos lares brasileiros ainda não estão conectados com a internet.

A velocidade média de banda larga é de apenas 4,9 megabytes. Nosso país tem apenas cinco mil antenas, o mesmo número que a Itália, deputado Maurício Eskudlark. Não saberia dizer neste momento qual é a população da Itália, mas em comparação com a do Brasil, que é um país continental, vê-se logo que cinco mil antenas é muito pouco.

Outro dado interessante é que o Brasil possui a segunda maior tarifa de celular do mundo, deputado José Milton Scheffer, só perde para a África do Sul, que tem a mais cara do planeta.

É verdade que o usuário não tem reclamado muito do valor. Tem, sim, reclamado com frequência, nas audiências públicas que fizemos em Florianópolis, Blumenau e outras cidades, da má qualidade do atendimento e do serviço, que não estão de acordo com aquilo que ele paga.

Para concluir, quero dizer que nos próximos dias estaremos trabalhando na instalação da CPI, para que ela se torne uma realidade em favor da população catarinense.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado, esse assunto é de extrema importância para

todos os usuários do sistema de telefonia móvel.

Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu gostaria de inicialmente expressar a minha solidariedade às vítimas do atentado à bomba ocorrido em Boston durante a sua maratona, no final da tarde de ontem.

Eu trabalhei, deputado Kennedy Nunes, no início da década de 90, como pintor nos Estados Unidos e tive a oportunidade de presenciar, pelo menos em duas ocasiões, a Maratona de Boston, que é uma das mais antigas do mundo. Na ocasião, mais de 130 brasileiros disputaram aquela maratona.

Ontem, infelizmente, pelo menos duas bombas, que, segundo jornalistas, estavam armazenadas em painéis de pressão deixadas dentro de lixeiras, explodiram matando três pessoas e ferindo mais de 100.

Fica aqui a nossa solidariedade, pois mesmo num mundo imperfeito, como cidadãos, somos convocados a buscar a paz com base na justiça, na liberdade e na solidariedade.

Sr. presidente e srs. deputados, nesta tarde estamos dando entrada a mais um projeto de lei de nossa autoria, desta feita ligado à área da saúde. Trata-se de um projeto modesto, que procura estar afinado com os desafios que a sociedade enfrenta no que diz respeito à prestação de serviços no âmbito da saúde, pois sabemos que a transparência na área da prestação de serviços públicos é essencial.

Por isso, é imprescindível a adoção de mecanismos que dotem os espaços de atendimento ao cidadão na área de saúde com as informações básicas necessárias. E a nossa proposta basicamente assegura aos usuários dos estabelecimentos públicos de saúde a informação sobre os profissionais escalados para aquele dia de trabalho.

Nós tivemos em Blumenau, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que é enfermeira, um caso trágico de uma criança que foi levada a um espaço de pronto atendimento e que infelizmente foi a óbito.

Assim, a nossa proposta, srs. deputados, vai na seguinte esteira: que os hospitais, os prontos-socorros, os ambulatórios, as unidades de atendimento, enfim, todos os estabelecimentos públicos de atenção à saúde, em especial aqueles credenciados ao SUS, sejam obrigados a divulgar em local visível nas entradas principais de acesso ao público o nome dos profissionais escalados para o atendimento dos pacientes naquele turno. Nome do funcionário, sua inscrição profissional, de preferência sua fotografia, sua função, sua especialidade e o horário de atendimento.

Estamos dando entrada no dia de hoje a esse projeto de lei e esperamos que ele obtenha sucesso nas diferentes comissões, em especial na comissão de Saúde, para que venha a debate neste plenário.

Sr. presidente e srs. deputados, tenho ainda alguns projetos que dizem respeito ao combate e à prevenção às drogas no estado de Santa Catarina, como também à reabilitação.

Já pensei em organizar - e acho que ainda há tempo - uma espécie de associação das mães dos dependentes químicos. Acho que é algo interessante. Minas Gerais desenvolve esse projeto que vem dando certo. Acho que há espaço para criarmos em Santa Catarina uma associação para as mães dos dependentes químicos, porque às vezes elas não sabem a quem recorrer.

Existe ainda a disposição do governador Raimundo Colombo de criar um telefone 0800 para que, de qualquer parte deste estado, quem tenha problema na família com dependentes químicos possa acessar e ter as devidas orientações.

Falo isso porque hoje as drogas basicamente se dividem em três grandes grupos: as naturais, simbolizadas pela maconha e pela cocaína; as semissintéticas, dentre elas o próprio crack, e as

sintéticas, que infelizmente estão muito presentes nas baladas neste estado e no país.

Acompanhávamos hoje, em um dos jornais deste estado, o desabafo de uma mãe - e quero parabenizar a jornalista Camila Guerra pela excelente reportagem - inconsolável, que perdeu uma filha de 17 anos. Ela relembra os momentos antes da festa e os sonhos da jovem, que foi mais uma vítima das drogas e agora das drogas sintéticas. Infelizmente, Santa Catarina passou a ocupar o primeiro lugar no ranking de produção de drogas sintéticas.

Santa Catarina, com apenas 1% do território nacional, com somente 3% da população brasileira, alcançou essa triste estatura de ocupar o primeiro lugar no ranking de consumo de drogas sintéticas. E aí está o depoimento nos jornais dessa mãe desesperada: a filha chegou em casa por volta das 3h30min de domingo, acompanhada do namorado, de uma prima e de um amigo. A mãe percebeu que a menina estava com dificuldade para respirar. Levou-a para o pronto atendimento na cidade de Joinville. Chegando lá ela vomitou sangue e morreu nos braços da avó.

Chamou-me a atenção que, no preâmbulo dessa história, o padrasto implorou para a menina não ir à balada, mas ela insistiu em ir. Foi a última vez mesmo, porque nunca mais voltou, disse a mãe chorando enquanto mostrava o quarto da garota.

Segundo o namorado, a prima e o amigo, a primeira coisa que fizeram na balada foi comprar uma "bala", o ecstasy. Depois de degustar, se assim podemos dizer, essa bala, a prima e o amigo teriam ingerido alguns comprimidos também. A prima disse que de repente a viu virar os olhos quando estava abraçada ao namorado. Perguntou se ela estava bem, que respondeu que estava em paz. Em seguida a adolescente teria contado que havia ingerido mais um comprimido. Então, o segundo ecstasy levou a óbito essa garota de apenas 17 anos.

Fica o desabafo da mãe e a nossa consciência cada vez maior da luta por uma Santa Catarina sem drogas. É essa a nossa meta! É essa a nossa

bandeira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pelo tempo restante do PSD, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - O pronunciamento do deputado Ismael dos Santos é sempre interessante, principalmente pelos temas abordados.

Eu, que faço para da frente parlamentar e acompanho os problemas das drogas toda a minha vida, acho que é a primeira vez que encontro uma pessoa tão empenhada no Parlamento catarinense na questão do combate e prevenção às drogas.

Acho louvável a iniciativa de formar uma associação para ajudar as mães de usuários de drogas, porque quando as famílias detectam o problema e tentam encontrar uma solução, deparam-se com muitas dificuldades. Muitas vezes o filho quer ser internado, mas a família não sabe a quem recorrer. O estado como um todo não tem, através do SUS, esse tipo de atendimento.

Por isso, conte com o nosso apoio, deputado, e parabéns pelo pronunciamento!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sra. deputada, srs. deputados, venho a esta tribuna para falar um pouco sobre o rio Itajaí. É um assunto pertinente, principalmente no período próximo ao inverno, o período das chuvas, ocasião em que a comunidade de um modo geral fica mais preocupada.

Eu gostaria de falar sobre um trabalho que uma empresa está fazendo naquela região com o nosso

apoio, referente à limpeza do rio Itajaí, principalmente quanto ao lixo doméstico.

Todos sabem que o lixo doméstico, industrial e hospitalar é um problema grave que precisa ser enfrentado com decisão pela administração, com relação a medidas que devam ser colocadas em prática.

Nosso estado não é exceção. Além de termos um dos piores índices nacionais de coleta e tratamento de esgoto, tenho observado na região que represento o gigantesco volume de lixo lançado pela população diretamente no rio Itajaí, lixo esse que desce até a foz, compondo um quadro desolador.

Peço à assessoria que projete no painel as fotos que trouxemos.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Lembro-me das imagens mostradas pela imprensa e testemunhadas por mim *in loco* durante a última enchente ocorrida no vale do Itajaí, no final de 2011. O elevado nível das águas do rio foi arrastando consigo todo o lixo depositado no fundo dos quintais das casas, dos terrenos baldios, levando toneladas de dejetos e rejeitos até o oceano Atlântico, que em função das correntes marítimas acabaram sendo depositadas nas praias do litoral de Santa Catarina e até do Paraná.

Srs. deputados, tomei conhecimento de uma iniciativa que busca a conscientização da população do alto vale do Itajaí, alertando para o perigo de jogar lixo no rio Itajaí e incentivando a comunidade a utilizar o serviço de coleta disponível.

O consórcio empresarial Salto Pilão, proprietário de uma usina, realizou importante e amplo diagnóstico da situação do lixo em nove municípios do vale do Itajaí, depois de navegar quase 200km pelo leito dos rios Itajaí-Açu e Itajaí Oeste. O relatório que tive a oportunidade manusear mostra imagens impressionantes acerca de uma situação caótica existente mesmo depois da grande enchente que mencionamos.

A análise desses documentos levou os

proprietários da usina a alocar recursos financeiros para desenvolver uma ampla campanha de educação ambiental na região, em 2013, com os seguintes slogans: O rio Itajaí-Açu pede a sua ajuda. A saúde do rio está em nossas mãos. A campanha vai até outubro e abrange os municípios de Alfredo Wagner, Chapadão do Lajeado, Ituporanga, Aurora, Rio do Sul, Lontras, Rio do Oeste, Laurentino e Taió e conta com folhetos, cartazes, vídeos educativos, anúncios em jornais, rádio e televisão. Além disso, equipes estarão percorrendo as cidades, as escolas, os sindicatos e realizando reuniões para fazer um trabalho de conscientização.

Ressalte-se o apoio fundamental oferecido pelas prefeituras à campanha, com a cessão de equipamentos para coleta de lixo, assim como o engajamento incondicional dos veículos de comunicação do alto vale do Itajaí na veiculação de anúncios e na realização de entrevistas.

Assim, colegas, conclamo todos, particularmente aqueles que atuam no vale do Itajaí, a trabalharem no sentido de obter a adesão de mais entidades, para que somem esforços à iniciativa da Usina Salto Pilão. Trata-se de um desafio para todos nós, políticos e administradores, no sentido de obter uma resposta imediata das comunidades ribeirinhas. Não é possível que as comunidades do alto vale continuem a poluir o rio que fornece água para o consumo da população.

Nós, descendentes de alemães, de italianos, de poloneses, sempre fomos exemplo de superação, educação e zelo pelo meio ambiente no vale do Itajaí. Não percamos, portanto, a oportunidade que nos é dada pela Usina Salto Pilão e seus parceiros. Vamos trabalhar juntos para perpetuar iniciativas que recuperem aquele grande rio, que é um símbolo de luta de todos os catarinenses.

Era isso o que tinha a relatar na tarde de hoje. Eu diria que é trágica a situação do rio Itajaí em função do lixo depositado no seu leito em nossa região.

O restante do tempo do nosso partido, sr. presidente, será utilizado pelo deputado Antônio Aguiar.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Quero saudar o presidente em exercício, deputado Kennedy Nunes, os srs. deputados e as sras. deputadas, e destacar a importância do fórum realizado nesta Casa ontem, com a presença de mais de 800 pessoas. O nosso plenário este lotado, assim como o *hall* de entrada da Casa e o local de discussão.

Estiveram presentes o secretário de estado da Educação, professor Eduardo Deschamps; sua secretária adjunta, Elza Moretto; os palestrantes, os presidentes de entidades e os responsáveis pela educação.

Tivemos a oportunidade de perceber a angústia do professor em querer habilitar-se, em querer adquirir mais conhecimentos. E para isso o governo tem que dar condições, mas o secretário Eduardo Deschamps está atendendo a essa demanda. Tenho certeza de que o governo estadual e o governo federal estão com a firme determinação de fazer com que a educação avance significativamente, não só em Santa Catarina, onde o índice de alfabetização é um dos maiores do Brasil, mas em todo o país.

Quero reportar-me também à audiência pública referente à energia elétrica. Já nos pronunciamos anteriormente sobre o assunto, mas quero salientar que o planalto norte está fazendo a sua parte, apoiado pelos deputados Silvio Dreveck, Darci de Matos e Maurício Eskudlark, que estiveram presentes a uma grande audiência pública realizada no município de Canoinhas, com a presença do presidente da Celesc, Cleverson Siewert, que deu muitas explicações e informou que já tem recursos disponíveis - R\$ 50 milhões - para as obras

necessárias à nossa região.

Assim, esperamos que a subestação de Irineópolis se torne realidade e que a reforma da subestação de Canoinhas se realize e que a linha de transmissão entre Canoinhas e Papanduva seja completada.

Sabemos que o Iphan colocou obstáculos à continuidade desse empreendimento, mas não se pode parar uma obra simplesmente porque foram achadas algumas pedras diferentes. É preciso ser responsável, pois o interesse público tem que estar em primeiro lugar.

A arqueologia é importante? É. Eu respeito a arqueologia, mas ela não pode impedir que as comunidades tenham acesso à energia elétrica. Acho que fornecer energia aos lares e às indústrias é muito mais importante do que descobertas arqueológicas do Iphan!

Gostaria ainda de falar que hoje, na reunião da bancada do PMDB, esteve presente o nosso presidente Eduardo Pinho Moreira. Foi uma reunião importante, que mostrou a unidade do partido e na qual foram debatidos os caminhos que estão sendo traçados para o partido e como ele vai-se posicionar nas próximas eleições.

Nós, do PMDB, fazemos parte no governo federal juntamente com o PP, com o PT e com outros partidos. Hoje, os deputados estaduais começaram a traçar um rumo diferenciado para as próximas eleições e por isso desejo parabenizar a maneira como o presidente Eduardo Pinho Moreira se pronunciou diante da bancada do nosso partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -  
Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, foi-nos apresentado o requerimento que pede a formação de uma CPI para investigar as empresas que operam a telefonia em Santa Catarina.

Informo que as formalidades exigidas pelo Regimento Interno e pela Constituição foram

devidamente cumpridas.

(Passa a ler.)

“Comunicamos que esta Presidência dá por recebido o requerimento e não havendo dúvida, considera-se aceito e determina-se a sua publicação, fixando o prazo de duas sessões ordinárias para a indicação dos membros pelas bancadas, nos termos do que dispõe o art. 41 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das sessões, em 16 de abril de 2013.”

Assim sendo, a distribuição das sete vagas para a composição da CPI da Telefonia será a seguinte: duas vagas para a bancada do PMDB; uma vaga para a bancada do PSDB; uma vaga para a bancada do PP; uma vaga para a bancada do PT; uma vaga para a bancada do PSD e uma vaga a ser definida entre as bancadas do Democratas, do PPS, do PDT e do PCdoB.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0129/2012, de autoria do deputado Altair Guidi, que dispõe sobre a pesquisa e a utilização de plantas nativas da flora catarinense.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, conforme acordado anteriormente, hoje deveremos ter a votação dos vetos. Sendo assim, vamos fazer a verificação de quórum.

Convoco os deputados que se encontram nos seus gabinetes a comparecerem ao plenário para a referida votação.

Peço aos srs. parlamentares que marquem no painel a sua presença, para que possamos proceder à verificação de quórum.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, desejo reforçar o pedido de v.exa. para que os deputados que se encontram na Casa compareçam ao plenário.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, enquanto os deputados estão registrando a sua presença, quero informar que amanhã a comissão de Turismo e Meio Ambiente, as 11h, na sala de imprensa, fará uma importante reunião com a presença do presidente da Fatma.

Então, convidamos os deputados que fazem parte da referida comissão a comparecerem à citada reunião.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fica registrado o convite do eminente deputado Neodi Saretta.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	presente
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	presente
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	presente
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	presente
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	

DEPUTADO EDISON ANDRINO	presente
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	presente
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	presente
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	presente
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	presente
DEPUTADO KENNEDY NUNES	presente
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	presente
DEPUTADO MAURO DE NADAL	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	presente
DEPUTADO NEODI SARETTA	presente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	presente
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	presente

Srs. deputados, temos apenas 21 deputados em plenário.

Consulto os srs. líderes para saber se transferimos para outra sessão a votação dos vetos.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sugiro transferirmos a votação dos vetos para outro dia até por uma questão regimental.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra,

pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concordamos com o deputado Aldo Schneider, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a concordância dos srs. líderes, transferimos a votação dos vetos para a próxima terça-feira.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0123/2012, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a estadualização do trecho da SC-447 na divisa entre os municípios de Balneário Gaivota e Sombrio, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0254/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias que administram rodovias no estado de Santa Catarina a divulgarem os valores arrecadados e investidos com a cobrança do pedágio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como

se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0201/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; e 0202/2013, 0203/2013 e 0204/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0296/2013, 0298/2013, 0299/2013, 0300/2013, 0301/2013, 0302/2013, 0303/2013, 0304/2013, 0305/2013, 0306/2013, 0307/2013, 0308/2013, 0309/2013, 0310/2013, 0311/2013, 0312/2013, 0313/2013, 0314/2013 de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0315/2013, de autoria do deputado Edison Andrino; 0316/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0318/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0319/2013, 0320/2013 e 0321/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0322/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; e 0324/2013, de autoria do deputado Reno Caramori.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0317/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito municipal de Florianópolis, sugerindo providências urgentes para a recuperação da camada asfáltica da rua Jorge Luiz Fontes, no trecho entre o fórum e a rua Silva Jardim, mais precisamente no ponto de ônibus.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0323/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de

mensagem aos gerentes das empresas TIM, OI, Vivo e Claro, solicitando a instalação de antenas e expansão de rede de telefonia celular no distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0021/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à Celesc, manifestando repúdio à má prestação do serviço de distribuição da energia elétrica e solicitando providências para a sua melhoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0022/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à empresa de telefonia móvel Vivo, manifestando repúdio à má prestação de serviço no que diz respeito à qualidade e cobertura do sinal de celular e solicitando providências para a sua melhoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0023/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado,

apelando por medidas emergenciais de apoio e disponibilização de recursos financeiros destinados ao único hospital veterinário público no estado, sediado no município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, encontra-se sobre a mesa um requerimento de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt pedindo a suspensão da sessão por dez minutos para ouvirmos o presidente da IFA - Federação Internacional sobre o Envelhecimento.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa dos vereadores Lenoir Luiz Povala e Márcio Maximino Bortoloto, do município de Descanso, bem como do prefeito Hélio José Daltoé.

Registramos ainda a presença dos vereadores Marcos Bratz e Dirlei de Almeida, do município de Caibi, além do prefeito Manfred Rutzen e do vereador Ivanir José Bertotti do município de Riqueza, e do ex-vereador Mário Paiter do município de Palmitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o sr.

deputado Valmir Comin.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Valmir Comin, com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Silvio Dreveck, com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Ismael dos Santos, com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu me inscrevi para dizer à população catarinense, aos srs. deputados e deputadas e a todos os que nos acompanham de que na última sexta-feira ocorreu, em Chapecó, um importante ato de apoio e de socorro aos municípios, deputado Sargento Amauri Soares, posto que lá foram entregues mais de 50 tratores acoplados com distribuidores de água ou de adubo orgânico. Inicialmente foram atendidos cerca de 50 municípios, mas no total serão contempladas 100 cidades.

Num convênio firmado no ano passado por uma comissão de trabalho articulada com entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, com a nossa participação e de vários parlamentares desta Casa, foram viabilizados recursos da ordem de R\$ 10 milhões junto ao ministério da Agricultura. Em virtude de todo o processo licitatório, somente agora foi possível entregar as referidas máquinas aos municípios catarinenses, em cerimônia realizada na Efapi, em Chapecó.

Esse ato importante contou com a participação da secretaria da Agricultura, através do secretário João Rodrigues, que também participou da articulação com o governo federal. Estive no final de semana em vários municípios e vi que as máquinas estão expostas.

Então, foi mais uma importante ação, entre outras tantas, do governo federal. Dos R\$ 30 milhões que viabilizamos para Santa Catarina à época, os R\$ 10 milhões para a Defesa Civil foram liberados

imediatamente; agora mais esses R\$ 10 milhões foram utilizados na aquisição de máquinas agrícolas, faltando somente a liberação de mais R\$ 10 milhões destinados à construção de poços artesianos para vários municípios.

Outra questão importante que ontem ficou definida de uma vez por todas foi a compra de área para implantação de uma aldeia no município de Bandeirantes, com o intuito de pôr fim a um conflito que já dura mais de dez anos nos municípios de Saudades e Cunha Porã.

Ontem cedo, em audiência da qual participaram a Funai, os indígenas da aldeia guarani, o governo do estado e os prefeitos de Cunha Porã e Saudades, foi acertada a compra de uma área para os indígenas e o documento foi assinado pelo Ministério Público Federal e pela Funai. Mesmo que seja um assentamento provisório, esperamos que agora se consiga avançar e resolver esse conflito definitivamente, pois que se abre uma perspectiva, principalmente para os agricultores familiares.

Assumimos em 2013 a comissão de Pesca e Aquicultura e estamos realizando seminários sobre o Plano Nacional de Aquicultura e Pesca, divulgando as políticas e os encaminhamentos acerca das licenças ambientais para a construção de açudes, de tanques-redes e para a produção de ostras e mariscos no litoral.

Já fizemos três seminários e a intenção agora é realizarmos no mínimo mais dez. Na próxima quinta-feira faremos mais dois seminários regionais, um no município de Maravilha e outro em São José do Cedro, no extremo oeste.

Estivemos em Governador Celso Ramos na última quarta-feira à noite, numa grande reunião com os maricultores, discutindo licenças ambientais e agregação de valor. Já temos a demanda por uma audiência pública em Passo de Torres, no sul do estado, onde há um problema grave. Em função dos bancos de areia, os barcos entram e ficam encalhados, causando inclusive, a morte de

pescadores e a perda da produção.

Temos também um convite para um ato, no dia 25, no sul do estado, onde os pescadores e maricultores estarão reunindo-se para reivindicar a implementação de políticas para o setor. É uma área na qual Santa Catarina tem um grande potencial, seja nos açudes, na agricultura familiar no oeste, nos tanques-redes, nas hidrelétricas e barragens e na maricultura.

O governo federal tem uma determinação muito clara: dobrar a produção de pescado no país nos próximos anos. Estivemos com o ministro dias atrás discutindo as políticas do ministério. Dia 19 estaremos reunidos com o Consórcio Intermunicipal em Quilombo, a fim de discutir a infraestrutura para a industrialização do pescado, para a aquisição de máquinas para os tanques, a fim de viabilizar mais uma alternativa de renda para a agricultura familiar.

Então, deputado Sargento Amauri Soares, é um desafio muito grande para o nosso estado, é um desafio muito grande para este deputado que preside a comissão e que deseja ajudar o desenvolvimento dessa atividade, que tem como grande gargalo a questão ambiental, as licenças ambientais.

Por isso estaremos visitando todas as regiões do estado, sempre realizando seminários e audiências públicas destinados a debater esse tema, na tentativa de ajudar o setor a continuar produzindo e a melhorar sua produtividade nos próximos anos.

Era isso, sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero aproveitar este momento para anunciar a presença de Douglas Gledhill Taylor,

estudante norte-americano, que cursa Relações Internacionais na Universidade da Carolina do Norte, na cidade de Belmont.

Douglas está aqui através de convênio com o laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina, programa de pós-graduação em Sociologia Política. Douglas estará fazendo estágio em meu gabinete nos próximos meses, para entender o funcionamento do Poder Legislativo no Brasil e ao final fará um relatório analisando as relações entre os poderes em nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência também registra da visita do pastor de Angola, sr. Jorge Mundiendil, a quem dá as boas-vindas.

Inscrita para falar em Explicação Pessoal a deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Primeiramente, sr. presidente, quero fazer referência ao lançamento, no dia de ontem, da II Conferência Nacional da Educação, que aconteceu nesta Casa. Tivemos a primeira em 1998, quando as entidades organizadas chamaram uma conferência. A partir dela, o governo federal convocou, em 2008, a I Conferência Nacional da Educação, já como política de estado. Agora estamos na segunda, que está acontecendo em vários municípios, estando prevista para o mês outubro a etapa estadual, que apontará os grandes desafios que temos em relação à implantação do Sistema Nacional de Educação e discutirá o regime de colaboração, as competências e a cooperação de cada ente federado.

Então, trata-se de um grande desafio e acreditamos que a sociedade precisa cada vez mais se organizar e participar desse momento.

Mas quero fazer a minha manifestação de hoje especialmente com relação a 14 de abril, dia em que se comemora o Dia Nacional da Luta pela Educação

Inclusiva.

A data foi instituída em 2004, pelos Conselhos de Psicologia, com o objetivo de mobilizar os psicólogos para a política que vem sendo construída em prol da inclusão de pessoas que historicamente são excluídas do processo educacional no Brasil.

Atendendo à Constituição Federal de 1988, que em seu art. 206 diz que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o governo federal instituiu, em 2003, o Programa de Educação Inclusiva, assegurando o direito à diversidade. O programa tem como objetivo disseminar em todo o território nacional a política de inclusão no sistema regular de ensino dos alunos com deficiência.

Em janeiro de 2008, o ministério da Educação publicou a Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, que considera a educação especial como modalidade que perpassa todos os níveis e modalidades da educação básica e também como atendimento educacional especializado. Além disso, outras legislações, como o ECA e a LDB, também regulamentam a educação inclusiva no Brasil, assegurando que crianças com deficiência auditiva, visual, mental, física, transtorno hipercinético, déficit de atenção, hiperatividade ou transtornos globais do desenvolvimento tenham acesso ao ensino público especializado.

Em Santa Catarina, o processo de inclusão dos educandos com deficiência na rede regular de ensino foi oficializado em 1987, com a deflagração da matrícula compulsória, que determinou às escolas do sistema a obrigatoriedade da matrícula de todas as crianças em política de educação especial.

Quais os desafios da educação inclusiva?

1º) A responsabilidade dos estados, do distrito federal e dos municípios;

2º) A necessidade de subsidiar filosófica e tecnicamente o processo de transformação do sistema educacional brasileiro em um sistema inclusivo;

3º) A sensibilização e o envolvimento da sociedade em geral e da comunidade escolar em particular;

4º) A preparação de gestores e educadores dos municípios polos para dar continuidade à política de educação inclusiva;

5º) A preparação de gestores e educadores para atuarem como multiplicadores nos municípios de sua área de abrangência;

6º) O desenvolvimento de projetos de formação de gestores e educadores para dar continuidade ao processo de implementação de sistemas educacionais inclusivos.

Que barreiras ainda percebemos no ensino inclusivo?

1º) Atitudes negativas em relação à deficiência;

2º) Invisibilidade na comunidade das crianças com deficiência que não frequentam a escola;

3º) O custo disso;

4º) O acesso físico;

5º) A dimensão das turmas;

6º) A pobreza;

7º) A discriminação por gênero;

8º) A dependência (alto nível de dependência de algumas crianças com deficiência dos que as cuidam).

Que avanços percebemos em relação à educação inclusiva?

Bem, a educação especial no país tem 752.305 matrículas, somando os estudantes em escolas regulares e especiais. Conforme dados do censo da educação superior de 2009, 13.617 cursos superiores incluíram a disciplina de libras como disciplina obrigatória nos cursos de graduação.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, que está em tramitação no Congresso Nacional, prevê a manutenção e o aprofundamento do Programa Nacional de Acessibilidade nas Escolas Públicas, para a adequação arquitetônica, a oferta de transporte acessível, a disponibilização de material didático acessível e de recursos de tecnologia assistiva, além da oferta da educação

bilíngue em língua portuguesa e língua brasileira de sinais - libras.

Também prevê que se deva fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

Srs. deputados, fazemos esta manifestação porque em 2002, quando assumimos a secretaria da Educação de Chapecó, realizamos, com certeza, uma das maiores políticas de inclusão numa rede regular de ensino. E poderia aqui citar tanto a aprovação da lei que garantiu o sistema de libras na rede municipal de ensino, quanto a contratação de intérpretes de libras e a garantia de cursos de libras às comunidades, aos pais, aos alunos e professores, enfim, a todos os que desejassem ter acesso a ela.

Garantimos, ainda, a construção de uma escola municipal de surdos em Chapecó e fizemos a aquisição dos primeiros ônibus adaptados às pessoas com deficiência. Quero esclarecer que essa compra significa um grande compromisso, porque somente a acessibilidade encarece bastante o preço dos veículos.

Além disso, houve uma parceria muito forte com as entidades que trabalhavam com a educação especial no município, aqui citando o belíssimo trabalho do Centro de Atividades Psicofísicas Patrick - Capp -, que até hoje faz um ótimo trabalho de ecoterapia, bem como outras atividades terapêuticas de atendimento às pessoas com deficiência. Também foi ampliada a parceria com a Apae e realizado um grande trabalho de fortalecimento da educação especial na rede regular de ensino.

Acho que essa tarefa é de toda a sociedade e gostaria muito que cada vez mais tivéssemos iniciativas como essa no âmbito dos municípios, do estado e da união.

Nesta semana recebi o pedido de uma professora que tem um filho cursando Farmácia numa universidade

- e não vou citar o nome por uma questão de ética -, uma vez que o jovem, com baixa visão, está com dificuldades de conseguir entender o conteúdo das aulas.

Conversei com o reitor, que manifestou sua preocupação no sentido de que o ensino superior precisa olhar com mais cuidado o tema da inclusão e garantir que os alunos que chegam à graduação, à especialização, ao mestrado ou ao doutorado tenham todo o apoio em termos de equipamento, mas também de capital humano preparado para atender a esse desafio.

Muito obrigada, sr presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.